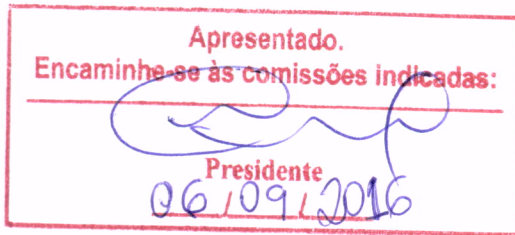


P 19.700/2016

CÂMARA M. JUNDIAÍ (PROTOCO) 02/SET/2016 08:03 076072



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 1008
(Rogério Ricardo da Silva)

Reabre prazo e altera a Lei Complementar 533/2013, que permite regularização de obras, nas condições que especifica, para prever análise do projeto com base na legislação da época do lançamento da área total no carnê do IPTU.

Art. 1.º. É reaberto, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo constante do art. 8.º da Lei Complementar n.º 533, de 10 de setembro de 2013, para fins de regularização de obras.

Art. 2.º. O art. 5.º da Lei Complementar n.º 533/2013 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 5.º. (...)

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo:

I – a análise do projeto de regularização será feita com base na legislação vigente à época do lançamento da área total construída do imóvel objeto da regularização, para os fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU;

II – tolerar-se-ão discrepâncias de até 5% (cinco por cento) em relação à área indicada no IPTU;

III – cópia da folha do carnê do IPTU, que contém os dados do imóvel, referente ao exercício em que o munícipe requerer a regularização, será anexada e referida no pedido respectivo.” (NR)

Art. 3.º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02/09/2016

ROGÉRIO RICARDO DA SILVA



(PLC nº. 1008 - fls. 2)

Justificativa

É de conhecimento geral que a Prefeitura Municipal de Jundiaí periodicamente realiza processos de recadastramento das construções existentes no Município, lançando áreas construídas neles identificadas nos carnês do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Tal procedimento é feito à revelia dos contribuintes, sem que estes sejam notificados a regularizar, na forma da lei, os acréscimos de áreas identificados nesses recadastramentos, reconhecendo-as então como existentes, não contestando sua regularidade perante a legislação aplicável e sendo lançado sobre elas todos os impostos regulares.

Ora, quando é feito o lançamento no carnê do IPTU, trata-se de reconhecimento da regularidade dessas construções pelo Poder Executivo.

O presente projeto, reabrindo por 180 (cento e oitenta) dias o prazo da Lei Complementar nº. 533/2013, para fins de regularização de obras, visa também permitir ao munícipe que construiu sua residência atendendo às exigências técnicas da legislação vigente e não apresentou projeto de construção perante a Prefeitura, que o faça em qualquer tempo e lhe seja concedido o direito de ter seu projeto analisado e aprovado sob a luz das regras normatizadas à época em que teve sua área construída inserida no IPTU.

ROGÉRIO RICARDO DA SILVA



LEI COMPLEMENTAR N.º 533, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

Permite regularização de obras, nas condições que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 20 de agosto de 2013, **PROMULGA** a seguinte Lei Complementar:-

Art. 1º. As construções e reformas exclusivamente residenciais, concluídas ou em fase adiantada de andamento, com ou sem habite-se, não-regularizadas até a data de publicação desta lei complementar, poderão ser regularizadas, desde que satisfaçam as condições mínimas de habnabilidade, higiene e segurança.

§ 1º. Entende-se como fase adiantada de construção o estágio de laje de cobertura ou telhado já executados.

§ 2º. São excluídas dos benefícios desta lei complementar as construções e reformas que:

I - avancem em logradouros e próprios públicos ou particulares;

II - ultrapassem 350,00 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) de área construída final (parte regular somada à irregular);

III - constituam edificações com mais de três pavimentos;

IV - estejam localizadas em área de risco ou de preservação ambiental.

Art. 2º. As construções e reformas residenciais que avancem no recuo frontal e/ou alinhamentos projetados das vias públicas podem ser regularizadas, desde que o proprietário:

I - comprometa-se, mediante termo próprio, a demolir a área da edificação em tais condições quando requerido pela Prefeitura, fazendo a averbação correspondente no Registro de Imóveis; e

II - desista de toda e qualquer indenização perante a Prefeitura Municipal referente às construções e reformas de edificações mencionadas no "caput" deste artigo.

Art. 3º. O disposto nesta lei complementar aplica-se a:

I - construções e reformas de associações esportivas, de sociedades amigos de bairro e de entidades de classe;



II - construções e reformas comerciais, desde que não ultrapassem 350,00 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) de área construída final (parte regular somada à irregular).

Art. 4º. As regularizações previstas nesta lei complementar seguirão os mesmos procedimentos relativos aos projetos de construção e execução de obras particulares, mediante sua apresentação e responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único. O profissional responsável atestará, por escrito, a estabilidade, solidez e condições de habitabilidade da edificação.

Art. 5º. As regularizações previstas nesta lei complementar far-se-ão com base no levantamento aerofotogramétrico mais recente existente na Prefeitura Municipal, ou com base em contas de água, ou contas de luz ou documentos existentes em órgãos públicos.

Art. 6º. Precedendo a aprovação do projeto, e afim de assegurar os benefícios da presente Lei Complementar, os interessados deverão efetuar o recolhimento da importância relativa ao ISSQN exigível, referente às construções e reformas executadas.

Art. 7º. A regularização de construções e reformas executadas em imóveis integrantes de parcelamentos clandestinos ou irregulares dependerão da regularização prévia destes.

Art. 8º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos por 180 (cento e oitenta) dias.


PEDRO BIGARDI

Prefeito Municipal

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dez dias do mês de setembro de dois mil e treze.


EDSON APARECIDO DA ROCHA

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos